

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Recuperação Judicial nº 0023589-52.2019.8.19.0001**

**E. FERREIRA GOMES ADVOGADOS**, Administrador Judicial da **LSH BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A em Recuperação Judicial**, já devidamente qualificada em epígrafe, vem à V. Exa., expor e requerer o que segue.

**I. REALIZAÇÃO DA SEGUNDA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES**

1. Este Administrador Judicial informa que a **segunda Assembleia Geral de Credores foi realizada no dia 18 de abril de 2024, tendo sido instalada**, portanto, realizada na data de ontem, conforme ata anexada ao presente (DOC. 01).

2. Assim, este Administrador Judicial informa que o credor **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A** propôs suspensão da Assembleia por 30 (trinta) dias para a análise do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda. **A proposta foi votada e não aceita pelos credores presentes, com percentual 60,87%, conforme laudo em anexo (DOC. 04).**

3. Este Administrador Judicial informa que, em continuidade ao ato, a Assembleia Geral de Credores ocorreu com a devida apresentação e detalhamento do Plano de Recuperação Judicial, inclusive quanto ao termo Aditivo ao Plano (id. 03) pelos advogados da Recuperanda. Na sequência, foi oportunizada aos credores a palavra para apresentar requerimentos, esclarecimentos ou proposituras. Após os esclarecimentos, este Administrador Judicial convidou todos os credores presentes e habilitados para votarem o Plano de Recuperação Judicial apresentado.

4. Com a devida apuração dos votos por este Administrador Judicial (DOC. 05), o resultado foi o seguinte:

i) Na CLASSE I – Trabalhista, **votaram sim, pela aprovação do plano, 05 (cinco) credores correspondentes a 50% dos votos por cabeça**, e, 5 (cinco) credores votaram pela não aprovação do plano (50 % do total de votos por cabeça).

j) Na CLASSE III – Quirografia, **votaram sim, pela aprovação do plano, 30 (trinta) credores correspondentes a 66,67% dos votos por cabeça e 70,64% dos votos por crédito**. Votaram pela não aprovação, 15 credores correspondentes a 33,33% do total de votos por cabeça e 29,36% dos votos por crédito. Absteve-se 1 (um) credor, correspondente a 2,17% do total de votos por cabeça e 1,38% dos votos por crédito.

k) Na CLASSE IV – Microempresa, **votaram sim, pela aprovação do plano, 8 (oito) credores, correspondentes a 61,54% do total de votos por cabeça e 93,87% do votos por crédito**. Votaram pela não aprovação, 5 (cinco) credores correspondentes a 38,46% do total de votos por cabeça e 6,13% dos votos por crédito.

5. Desta forma, o Plano de Recuperação Judicial deve ser submetido a apreciação do i. Ministério Público e, após a apreciação do d. juízo sobre a aplicação do Cram Down, haja vista a aprovação por 2 (duas) classes de credores listadas e empate em 1 (uma) classe de credores, nos termos do art. 58, §1º da Lei nº 11.101/05.

6. Cabe esclarecer que foram apresentadas ressalvas pela Dra. Priscila Butler, representante de dezesseis credores (DOC. 06), e, pelo Dr. Leonardo Honorato, representante da Credora Quirografia Orla.

## II. CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, requer esta Administração Judicial:

**a)** A juntada da Ata da Assembleia Geral de Credores (DOC. 01), Lista de Presença (DOC. 02), Aditamento ao Plano (DOC. 03), Laudo de Votação do pedido de suspensão (DOC. 04) Laudo de Votação (DOC. 05) e as ressalvas (DOC. 06), na forma do §7º, do artigo 37 da Lei nº 11.101/2005;

**b)** Por oportuno, este Administrador Judicial informa que o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na referida Assembleia Geral de Credores, por duas classes de credores listados e empatou na classe trabalhista, motivo pelo qual requer **a intimação do i. Ministério Público** para análise da possibilidade de aplicação do Cram Down, e posterior **homologação e a concessão da Recuperação Judicial** para que produza os efeitos legais constantes na Lei nº 11.101/2005.

8. Submetendo-se, nestes termos, a sempre elevada apreciação de Vossa Excelência.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.

  
E. FERREIRA GOMES ADVOGADOS  
EVANDRO P. G. FERREIRA GOMES

OAB/RJ 137.473